

DOI: 10.70513/ensinar-aprender-transformar.14

Pesquisa e Extensão no Ensino Superior: Caminhos para Ensinar, Aprender e Transformar em Tempos de Conexão e Complexidade

Marilene Vaz Silveira

Centro Universitário da Região da Campanha, marilenealunos@gmail.com

Rita Luciana Saraiva Jorge

Centro Universitário da Região da Campanha, ritajorge@urcamp.edu.br

Introdução

A educação superior contemporânea é atravessada por múltiplos desafios e possibilidades. Ensinar, aprender e transformar são verbos que exigem ação institucional, escuta ativa e adaptação constante às realidades dos estudantes. Este capítulo parte de uma pesquisa aplicada com alunos de cursos diversos — majoritariamente adultos, trabalhadores e vinculados ao ensino a distância — para compreender como a pesquisa e a extensão universitária são percebidas, vivenciadas e valorizadas.

Os dados revelam um cenário de alta valorização simbólica da pesquisa e extensão, mas baixa participação efetiva, marcada por barreiras como falta de tempo, conflitos com o trabalho e carência de informação institucional. Ao mesmo tempo, emergem sugestões potentes dos próprios estudantes, que apontam caminhos para uma universidade mais comunicativa, flexível e digitalmente inclusiva.

Neste contexto, refletir sobre os horizontes contemporâneos da educação implica reconhecer que ensinar não é apenas transmitir conteúdos, mas criar condições para que os alunos aprendam com sentido e possam transformar suas trajetórias. A pesquisa e a extensão, quando integradas de forma significativa ao currículo e à cultura institucional, tornam-se ferramentas poderosas de formação cidadã, protagonismo estudantil e inovação social (Campos, 2020; Esteves, 2020).

Referencial Teórico

A pesquisa e a extensão são dimensões indissociáveis do ensino superior e fundamentais para a concretização de uma formação crítica e transformadora. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996, o ensino superior deve promover a interação entre o saber acadêmico e as demandas sociais.

O Plano Nacional de Educação (Brasil, 2018) reforça essa diretriz ao estabelecer metas voltadas à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, como meio de construir uma universidade socialmente referenciada.

Freire (1996, p. 32) defende que “a prática educativa deve estar ancorada na curiosidade epistemológica”, sendo a pesquisa um movimento contínuo de reflexão sobre a realidade. Moran (2018) complementa que a aprendizagem significativa ocorre quando o estudante é protagonista e participa de projetos reais, nos quais teoria e prática dialogam de forma constante.

A extensão universitária, por sua vez, tem papel essencial na democratização do conhecimento e na construção de vínculos sociais (Esteves, 2020). Segundo a Política Nacional de Extensão Universitária (Brasil, 2020), ela deve ser compreendida como processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre universidade e sociedade.

Nesse sentido, Tardif (2014) lembra que o saber docente se constitui na prática e nas relações com o outro, o que evidencia a necessidade de integrar extensão e pesquisa às atividades de ensino.

Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem quantitativa e qualitativa, com caráter exploratório-descritivo, visando compreender as percepções e experiências de estudantes do ensino superior em relação à pesquisa e extensão universitária.

Instrumento: Questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas, distribuído digitalmente via AVA e redes sociais acadêmicas.

Amostra: Estudantes dos cursos de Administração, Serviço Social e Gestão de Negócios e Inovação, incluindo modalidades presencial e EAD. Seleção não probabilística por conveniência.

Análise: Dados quantitativos tratados por estatística descritiva; dados qualitativos submetidos à análise temática (Bardin, 2011).

Ética: Pesquisa aprovada conforme Resolução nº 510/2016 do CNS, com garantia de anonimato e consentimento livre e esclarecido.

Resultados e Discussão

O perfil dos respondentes é caracterizado pela predominância dos cursos de Administração, Serviço Social e Gestão de Negócios e Inovação. Observa-se um público majoritariamente feminino, com faixa etária concentrada entre 18 e 28 anos, embora haja uma presença significativa de participantes acima dos 39 anos, especialmente no curso de Serviço Social. A maioria dos respondentes indicou trabalhar em período integral, configurando um perfil de estudantes adultos, trabalhadores e com alta carga de responsabilidades — o que, segundo Freitas e Silva (2021), exige a adoção de estratégias institucionais adaptadas.

Os dados da pesquisa indicam que a participação dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão é geralmente limitada e majoritariamente motivada por exigências curriculares, especialmente no contexto da extensão vinculada à disciplina de Projeto Integrador. A participação espontânea em projetos extracurriculares é baixa, evidenciando que, embora os alunos reconheçam a importância dessas práticas para sua formação acadêmica e profissional, barreiras estruturais e organizacionais limitam seu engajamento (Souza *et al.*, 2022; Esteves, 2020).

Entre as atividades relatadas pelos estudantes, destacam-se coleta de dados, produção de relatórios e artigos, ações comunitárias e sociais, bem como participação em grupos de estudo. Esses tipos de atividades indicam que a extensão é mais presente que a pesquisa, funcionando como uma ponte entre o aprendizado teórico e a aplicação prática, contribuindo para o desenvolvimento de competências acadêmicas e cidadãs (Campos, 2020).

A literatura aponta que, para aumentar a participação efetiva, é necessário criar condições institucionais que superem barreiras como falta de tempo, sobrecarga de trabalho, distância geográfica e carência de informação (Oliveira; Costa, 2020). Estratégias como divulgação proativa de oportunidades, integração curricular das atividades de pesquisa e extensão e suporte digital podem ampliar o engajamento e transformar a valorização simbólica em participação concreta (SciELO Brasil, 2020; Pereira; Andrade, 2021).

Quanto aos desafios para conciliar o tempo, os dados indicam que os estudantes enfrentam múltiplos desafios ao tentar conciliar estudo, trabalho e atividades acadêmicas, especialmente no contexto da educação a distância (EAD). Entre os obstáculos mais críticos, destacam-se a falta de tempo, relatada com frequência muito alta, e o conflito com o trabalho, classificado como alto. Esses fatores sugerem que grande parte dos alunos possui jornada de trabalho extensa, o que limita significativamente sua disponibilidade para engajar-se em atividades acadêmicas, incluindo pesquisa e extensão.

A distância física, relevante principalmente para alunos de cursos EAD, aparece como um fator de dificuldade alta, evidenciando que a separação geográfica entre o estudante e a instituição ou polos

de atividades presenciais ainda impacta negativamente a participação efetiva em eventos acadêmicos e práticas extensionistas.

Outro entrave identificado é a falta de informação institucional, também classificada como alta. Isso indica que, mesmo quando existem oportunidades de pesquisa ou extensão, a comunicação sobre tais atividades não é suficientemente clara, acessível ou proativa, gerando exclusão involuntária de estudantes que poderiam se engajar.

As limitações tecnológicas e as responsabilidades familiares, embora apresentem frequência média, não podem ser negligenciadas. A deficiência em equipamentos ou conectividade pode comprometer a participação em atividades online, enquanto obrigações familiares adicionam carga ao já limitado tempo disponível.

Verifica-se que a sobrecarga e a falta de comunicação institucional são os principais entraves, corroborando as observações de Oliveira e Costa (2020), que destacam que estudantes trabalhadores enfrentam tensões constantes entre as demandas profissionais e acadêmicas.

Os dados da pesquisa indicam que a percepção dos estudantes sobre o suporte institucional varia entre “suficiente” e “pouco suficiente”, sendo que apenas uma minoria considera o apoio “muito suficiente”. Este padrão evidencia lacunas na oferta de suporte técnico, pedagógico e comunicacional, especialmente em cursos na modalidade a distância (EAD), onde os alunos frequentemente relatam sensação de exclusão ou distanciamento das oportunidades presenciais (Moura; Lima, 2019).

A literatura aponta que o suporte institucional vai além da disponibilização de infraestrutura; envolve orientação, acompanhamento e integração pedagógica. Segundo Tardif (2014), o saber docente e institucional se constitui na prática cotidiana e na relação com o estudante, o que requer políticas ativas de tutoria, comunicação e acompanhamento contínuo. No contexto do EAD, essa mediação se torna ainda mais relevante, dado que a distância física pode intensificar sentimentos de isolamento e comprometer o engajamento em atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão (Freire, 1996; Pereira; Andrade, 2021).

Além disso, a integração entre polos, cursos e setores da universidade é essencial para reduzir barreiras estruturais e promover um fluxo de informações eficiente. Estratégias como canais digitais diretos, tutoria online, fóruns interativos e acompanhamento personalizado podem fortalecer o senso de pertencimento e a participação ativa dos estudantes (SciELO Brasil, 2020).

Embora os recursos oferecidos sejam considerados insuficientes pelos sujeitos, a pesquisa também revela que os estudantes utilizam de forma consolidada plataformas digitais, reuniões virtuais e aplicativos para acompanhar suas atividades acadêmicas. Contudo, há uma demanda significativa por ambientes mais intuitivos e por suporte técnico efetivo, o que indica que a mediação pedagógica digital ainda precisa ser fortalecida para garantir inclusão e qualidade no processo de aprendizagem

(Pereira; Andrade, 2021).

Todavia, a consolidação de recursos digitais não garante, por si só, aprendizagem significativa. É fundamental investir na formação continuada de docentes, capacitando-os para utilizar as tecnologias de maneira estratégica, favorecendo o engajamento, a interação e a aprendizagem ativa dos estudantes (Moran, 2018; Tardif, 2014). Além disso, deve-se considerar a inclusão digital, oferecendo ambientes acessíveis, tutoria online, legendas, conteúdos compatíveis com diferentes dispositivos e suporte para estudantes com menor familiaridade tecnológica (Freire, 1996; Moura; Lima, 2019).

As tecnologias digitais devem ser integradas ao currículo de forma pedagógica, permitindo que os estudantes desenvolvam projetos, participem de atividades extensionistas e realizem trabalhos colaborativos. Quando bem aplicadas, ferramentas digitais também podem aumentar a motivação e engajamento dos alunos, por meio de fóruns interativos, quizzes, gamificação e feedback em tempo real (Campos, 2020).

É essencial garantir suporte técnico eficiente, que solucione rapidamente problemas técnicos, evitando que falhas se tornem barreiras para o aprendizado. A instituição deve implementar indicadores de uso e engajamento digital, permitindo ajustes contínuos na mediação pedagógica e infraestrutura tecnológica, assegurando que as ferramentas digitais cumpram efetivamente seu papel educativo (Pereira; Andrade, 2021).

Apesar dos desafios, a maioria dos estudantes considera as atividades de pesquisa e extensão “muito importantes” ou “importantes” para sua formação acadêmica. Além disso, há um reconhecimento claro de que essas práticas contribuem para o desenvolvimento pessoal, social e profissional, ampliando competências como pensamento crítico, autonomia e capacidade de resolução de problemas (Campos, 2020; Esteves, 2020).

Tal valorização contrasta com uma limitada participação efetiva em projetos de pesquisa e extensão. Os principais entraves identificados incluem falta de tempo, sobrecarga de trabalho, distância física (especialmente para alunos EAD) e carência de informação institucional, corroborando achados de Oliveira e Costa (2020) sobre os desafios enfrentados por estudantes trabalhadores.

A literatura reforça que a integração efetiva entre ensino, pesquisa e extensão não depende apenas da percepção de importância, mas também de condições estruturais e pedagógicas adequadas. Freire (1996) e Demo (2011) defendem que práticas educativas significativas devem articular teoria e prática, oferecendo oportunidades concretas de participação e protagonismo estudantil. Nesse sentido, a universidade deve criar estratégias institucionais que reduzam barreiras e incentivem a inserção voluntária dos estudantes, tais como: divulgação ativa de oportunidades, flexibilização de horários, integração com disciplinas curriculares e suporte digital eficiente (SciELO Brasil, 2020; Pereira; Andrade, 2021).

Em sua participação nesta pesquisa, os estudantes demonstraram que possuem percepções

e demandas claras sobre como a universidade pode fortalecer sua comunicação, flexibilizar processos acadêmicos e promover inclusão digital, de modo a facilitar a participação em atividades de pesquisa e extensão. As sugestões convergem em três eixos estratégicos:

- **Eixo 1 – Comunicação e Acesso à Informação**

Os alunos destacam a necessidade de divulgação ativa de editais e oportunidades, criação de grupos organizados por curso ou área e utilização de canais de comunicação personalizados, como e-mail, WhatsApp e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Esses mecanismos visam reduzir a sensação de desinformação e garantir que todos os estudantes, inclusive os da modalidade EAD, tenham acesso equitativo às oportunidades institucionais (SciELO Brasil, 2020).

- **Eixo 2 – Flexibilização e Planejamento**

O planejamento antecipado é outra demanda recorrente. Os estudantes sugerem cronogramas divulgados com antecedência, integração das atividades de pesquisa e extensão com as disciplinas curriculares e flexibilização de horários e prazos, especialmente para aqueles que trabalham em período integral. Tais estratégias permitem que os alunos conciliem responsabilidades acadêmicas, profissionais e familiares, aumentando o engajamento e a participação efetiva (Oliveira; Costa, 2020; Campos, 2020).

- **Eixo 3 – Suporte Digital e Inclusão**

A dimensão digital é considerada essencial para inclusão e engajamento. Os alunos recomendam ambientes virtuais acessíveis e intuitivos, tutoria digital e realização de fóruns e reuniões online que promovam senso de pertencimento e interação entre estudantes e docentes. Essas medidas são particularmente relevantes para cursos na modalidade EAD, reduzindo barreiras geográficas e fortalecendo a integração institucional (Pereira & Andrade, 2021; Moura & Lima, 2019).

Em síntese, as sugestões dos estudantes evidenciam o desejo de maior proximidade com a universidade, por meio de ações que respeitem suas rotinas, promovam inclusão, facilitem o acesso à informação e criem condições estruturais e pedagógicas para uma participação efetiva em atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão (SciELO Brasil, 2020).

Considerações Finais

A análise dos dados revela um perfil de estudante engajado, mas sobrecarregado, que

reconhece o valor da pesquisa e extensão, mas enfrenta barreiras estruturais e comunicacionais. A universidade tem a oportunidade de fortalecer sua cultura científica e extensionista por meio de:

1. Ações comunicacionais proativas, integradas ao AVA e redes sociais;
2. Modelos híbridos de pesquisa e extensão, com encontros virtuais e acompanhamento remoto;
3. Formação docente continuada, voltada à integração das práticas pedagógicas com projetos de pesquisa e extensão.

Entende-se que ensinar, aprender e transformar não são ações isoladas, mas dimensões interdependentes que exigem escuta ativa, inovação pedagógica e compromisso institucional. Ao integrar pesquisa e extensão de forma significativa, a educação superior pode se tornar um espaço de protagonismo estudantil, desenvolvimento social e transformação coletiva.

Ademais, a realização de pesquisas com alunos no Ensino a Distância (EaD) apresenta diversos desafios que impactam a qualidade e a efetividade dos estudos. Um dos principais obstáculos evidenciados é a dificuldade de engajamento dos estudantes, que muitas vezes enfrentam problemas de motivação e gestão do tempo devido à autonomia exigida pelo modelo remoto.

A diversidade de perfis e contextos dos alunos também exige adaptações metodológicas para garantir a representatividade e a validade dos resultados. Esses fatores tornam essencial o uso de estratégias digitais eficazes e uma comunicação clara para superar as barreiras e promover pesquisas mais inclusivas e precisas no ambiente EaD.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAMPOS, E. F. E. Ensino, pesquisa, extensão: contribuições da pesquisa-ação. **Revista Actualidades Investigativas en Educación**, v. 20, n. 1, 2020.

ESTEVES, E. F. **A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno**. Núcleo do Conhecimento, 2020.

FREITAS, M.; SILVA, J. Perfil do estudante universitário brasileiro: implicações para a gestão acadêmica. **Cadernos de Educação**, v. 39, n. 2, p. 45–60, 2021.

MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. *In*: Bacich, L.; Moran, J. M. (Orgs.). **Metodologias ativas**. Porto Alegre: Penso, 2018.

MOURA, A.; LIMA, F. Educação a distância e inclusão digital: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 1, p. 112–130, 2019.

OLIVEIRA, D.; COSTA, L. Trabalho, estudo e tempo: os dilemas do estudante trabalhador. **Revista Trabalho & Educação**, v. 29, n. 3, p. 77–95, 2020.

PEREIRA, S.; ANDRADE, V. Ambientes virtuais de aprendizagem e suporte técnico: percepções de alunos do EAD. **Revista Tecnologias na Educação**, v. 13, n. 2, p. 33–49, 2021.

SCIELO BRASIL. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de articulação. **Revista Brasileira de Educação**, 2020.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.